

POVO LIVRE

ACREDITAMOS NOS JOVENS



LUÍS MONTENEGRO NO ENCONTRO NACIONAL DE AUTARCAS DA AD, SÁBADO, EM COIMBRA

8 ELEIÇÕES

Emídio Sousa defende investimento público no distrito de Aveiro

Oliveira de Azeméis foi, na quarta-feira, 14 de fevereiro, o município escolhido pelos candidatos da Aliança Democrática (AD) às próximas eleições legislativas pelo círculo de Aveiro para o arranque da pré-campanha eleitoral

11 LOCAIS

Câmara de Lisboa aprova programa de cooperativas de habitação

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou o modelo contratual para o Programa Cooperativas 1ª Habitação, proposto pela liderança PSD/CDS-PP, para a construção de habitação sem fins lucrativos em terrenos municipais

12 REGIONAIS

Coligação tem legitimidade democrática para governar os Açores

José Manuel Bolieiro considera que o PSD/CDS/PPM têm "legitimidade democrática para governar os Açores", mediante "os resultados eleitorais de 4 de fevereiro" e confirmando a opção de "formar um Governo de maioria relativa"

A confirmação

Assente a poeira e diluídas as impressões do momento, o que emerge e se consolida junto dos eleitores é o reconhecimento de Luís Montenegro como o mais bem preparado para liderar um governo estável e confiável



EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

Enfim, terminou o longo ciclo de debates televisivos que permitiu o confronto de ideias e de propostas, ainda que num formato peculiar, entre os diferentes líderes de partidos com representação na Assembleia da República.

O último momento era o mais esperado, como o confirmaram os dados das audiências e se percebia dos comentários que se foram ouvindo ao longo do dia da passada segunda-feira.

Ora, do debate que colocou, frente a frente, Luís Montenegro, líder da Aliança Democrática, e Pedro Nuno Santos, do Partido Socialista, há notas substantivas que importa sublinhar e que se sobrepõem aos comentários mais superficiais e imediatistas.

Desde logo, a clarividência e a assertividade de Luís Montenegro na afirmação da Aliança Democrática como o projeto de confiança para governar Portugal sem quaisquer cedências ao populismo e radicalismo do Chega. Esta postura de coerência e de compromisso com os portugueses, que tanto nos distingue em relação ao Partido Socialista, terá perturbado Pedro Nuno Santos ao ponto de este se sentir na obrigação de afirmar no

debate que viabilizará um Governo minoritário da AD, procurando, ao mesmo tempo, iludir a coligação negativa que o PS está a preparar com o partido de André Ventura nos Açores. Ao mesmo tempo, há um ponto relevante associado àquela afirmação de Pedro Nuno Santos: também ele está consciente da forte probabilidade de a AD vencer as eleições legislativas.

O debate permitiu, também, contrapor à “voracidade fiscal” do PS, às inações e às inconsequências de um Governo que, em oito anos, não resolveu o Aeroporto, não cuidou dos professores, dos médicos, dos enfermeiros e de tantos outros aspetos essenciais à vida dos portugueses, as propostas sólidas e coerentes da AD para a Saúde, a Educação, as Pensões, os salários e as carreiras da função pública, demonstrando mais uma vez o bom trabalho de preparação que desenvolvemos ao longo destes meses e que tornam a nossa Aliança a mais credível e confiável para governar o futuro governo de Portugal.

Até 10 de março, tenhamos a humildade de continuar a falar com os portugueses, envolvendo-os neste caminho de confiança e de esperança por um País melhor.

Encontro Nacional de Autarcas da AD em Coimbra

Não nos resignamos com um país que deixa emigrar os jovens



ALIANÇA
DEMOCRÁTICA
2024

O líder da AD considera que ninguém se pode resignar com um país “que deixa fugir para o estrangeiro os seus jovens”, sublinhando que é preciso criar mais riqueza para reter as pessoas em Portugal.



“Não me resigno, não me conformo com um país que deixa fugir para o estrangeiro os seus jovens, aqueles que são garante da nossa capacidade de criarmos mais riqueza e, através dessa riqueza, sermos mais justos”, afirmou.

No sábado, 17 de fevereiro, em Coimbra, no Encontro Nacional de Autarcas da Aliança Democrática, Luís Montenegro defendeu uma economia pujante, para “criar mais riqueza”. “Só criando mais riqueza, se vão pagar melhores salários e só pagando melhores salários será possível reter aqui os talentos que estão a escapar ano após ano”, frisou.

O líder da AD criticou os governos socialistas por não terem resolvido os problemas de diversas classes profissionais. “Já eles deveriam aproveitar a oportunidade para se reconciliar com os médicos, enfermeiros, agricultores, polícias, militares, funcionários judiciais, com todos aqueles que já perderam a

esperança, que já perderam a confiança”, venceu.

O líder da AD apelou a todos os portugueses para que se mobilizem no dia 10 de março. “Não nos vamos deixar também influenciar por nenhum triunfalismo. Nós ainda não ganhámos nada. Eu não quero ganhar nenhuma sondagem. Eu

quero ganhar as eleições de 10 de março para mudar a vida de Portugal e para mudar a vida dos portugueses”, disse.

Num discurso que durou cerca de meia hora, Luís Montenegro defendeu as propostas da AD para a saúde, nomeadamente a garantia de médico de família para todos os

portugueses, numa resposta que convoca o setor social/cooperativo e privado, a reorganização das urgências hospitalares, a emissão de um vale/voucher para todos os utentes, “sempre que o tempo máximo de resposta for ultrapassado”, assim como um programa de realização de “check-up” anual, ten-



do por base as boas práticas internacionais, num protocolo personalizado de cuidados de saúde entre prestadores públicos, privados e sociais, numa aposta na medicina preventiva por parte do Serviço Nacional de Saúde.

A valorização das carreiras dos professores, redução do IVA para os 6% na construção, um pacote de medidas para ajudar os mais jovens na compra de uma “casa digna”, e a garantia de que nenhum pensionista ganhe menos do que 820 euros foram outras propostas que abordou ao longo da sua intervenção no Encontro Nacional de Autarcas da AD.

“Nós teremos no dia 10 de março um dia crucial para o nosso futuro. (...) Aquilo que fizemos no dia 10 de março vai ter consequências nas próximas décadas enquanto sociedade, enquanto país”, assinou.



Nós teremos no dia 10 de março um dia crucial para o nosso futuro



A AGRICULTURA É ESTRATÉGICA PARA TODO O PAÍS

Luís Montenegro reafirma o papel da agricultura como setor estratégico para todo o país, razão pela qual o Estado deve encará-la como “imperativo nacional”, procurando modernizá-la e torná-la mais competitiva e sustentável.



Não é por estar aqui que considero a agricultura um setor estratégico de desenvolvimento económico e social. A agricultura é estratégica para termos o território mais ocupado e para termos soberania alimentar. A nossa autonomia, a nossa soberania e a nossa independência também se manifestam na capacidade de produzir aquilo que precisamos para nos alimentar”.



No domingo, 18 de fevereiro, em Santarém, no Encontro Nacional de Agricultores e Mundo Rural da AD, Luís Montenegro insistiu que a agricultura constitui “um esteio daquilo que é uma comunidade organizada, um esteio da nossa cultura, da nossa identidade nacional, da ocupação do território, da coesão social e territorial”, além de ser “o ganha-pão de muitas famílias”.

De acordo com o líder da AD, o turismo, a restauração, a indústria transformadora, o comércio e muitos serviços dependem da dinâmica do setor agrícola. “A ruralidade é um fator distintivo do nosso território. (...) Termos o território ocupado, termos as nossas tradições vivas, é uma forma de alavancar um crescimento que vai muito para além de termos produtos na nossa mesa”, acrescentou.

Do ponto de vista ambiental, considera Luís Montenegro, a agricultura é indispensável para a “transição ecológica”, na medida em que os “agricultores são os principais artífices do equilíbrio ambiental em Portugal.” “Aqueles que querem desfazer esse equilíbrio, fazendo prevalecer o ambiente face à agricultura, estão a tratar mal a agricultura, mas também estão a tratar mal o ambiente e tem de se perceber isso”, criticou.

Na vertente florestal, Luís Montenegro destacou que a agricultura é determinante para “o equilíbrio do ecossistema, para garantirmos a biodiversidade, e é crucial para evitarmos este flagelo que nos atormenta todos os anos que são os incêndios florestais”.

“Se os campos não estiverem cultivados, se a floresta não estiver organizada, nós estamos muito mais expostos a que haja incêndios e, pior do que isso, que os incêndios tenham repercussões muito maiores. Todos os territórios que têm organização e exploração florestal estão muito menos expostos àquilo que são as tragédias dos



incêndios e, quando eles ocorrem, têm consequências muito menores”, referiu.

Perante um auditório com centenas de agricultores de todo o país, o líder da AD assinalou que o setor agrícola se encontra “num momento de rutura por manifesta incompetência do Governo” PS em responder “aos problemas reais dos agricultores”.

Luís Montenegro enumerou várias prioridades para o setor agrícola, em especial a “reintegração das florestas e do desenvolvimento rural no mesmo Ministério”, a “promoção de uma relação de proximidade com os agricultores”, “pagar a tempo e horas diminuindo a burocracia” e “dimi-



nuir as diferenças de tratamento que existe com outros países da União Europeia, em particular com os nossos vizinhos espanhóis”.

Por fim, defendeu a necessidade de criar um Ministério que olhe para as particularidades agrícolas de todo o território, de Norte a Sul e Ilhas, ressaltando que o setor agrícola é importante “não só para as zonas onde a agricultura tem mais preponderância”, “mas também para os meios urbanos”.

“A agricultura é, portanto, estratégica para nós podermos ter uma sociedade mais justa. Ela é estratégica também para quem vive na cidade, a agricultura é estratégica para todos. A agricultura é um imperativo nacional. (...) Não é só no Alentejo, Ribatejo ou nas Beiras que há agricultura. Há atividades agrícolas em todo o nosso território e vamos ter um Ministério da Agricultura a olhar para as necessidades agrícolas de todo o país”, frisou.



EMÍDIO SOUSA DEFENDE INVESTIMENTO PÚBLICO NO DISTRITO DE AVEIRO

Oliveira de Azeméis foi, na quarta-feira, 14 de fevereiro, o município escolhido pelos candidatos da Aliança Democrática (AD) às próximas eleições legislativas pelo círculo de Aveiro para o arranque da campanha eleitoral. A construção do posto da GNR de Cesar, a reabilitação do troço do IC2, a degradação do palácio da justiça e a desejada ligação da Zona Industrial de Ul/Loureiro à Estrada Nacional 224 estiveram no centro das atenções, com o cabeça de lista, Emídio Sousa, a garantir que levará esses assuntos à Assembleia da República.

“Trata-se de um dos maiores municípios do distrito de Aveiro, fortemente industrializado, e essa foi uma das razões por que iniciámos aqui a campanha”, comentou Emídio Sousa em declarações aos jornalistas, para acrescentar que uma região “produtora de bens transacionáveis, que contribui como poucas para a nossa balança comercial” não merece uma “retribuição, em termos de investimento público, muito aquém do que seria exigível”.

O cabeça de lista da AD por Aveiro deu a falta de investimento no IC2 como um exemplo do que

afirmara, considerando que Oliveira de Azeméis tem um “ponto negro” nesta via, “com vários sinistros, que preocupam as pessoas”, lamentando as “promessas várias desde há muitos anos, até com resoluções aprovadas pela Assembleia da República, em que os próprios deputados do PS se abstiveram porque disseram que o assunto seria resolvido, mas a verdade é que não foi”.

Emídio Sousa disse-se chocado com as condições do posto da GNR de Cesar, saudando o brio que disse ter sentido dos militares para manterem as instalações com dignidade. “Há terreno,





há projeto, falta fazer a obra e falta boa vontade para a fazer”, referiu o candidato, lamentando as condições de trabalho, como as camaratas, o espaço exíguo da secretaria, a pequena cozinha sem condições e o espaço para ouvir testemunhas ou vítimas de violência doméstica, que comentou com esta expressão: “Só visto...”.

“O tribunal de um dos municípios mais dinâmicos do país tem grande procura de justiça e produz muita litigância, que justificam melhores condições. Até se pôs a hipótese de fechar, o que seria impensável numa terra como esta”, salientou Emídio Sousa, referindo-se a outro ponto de passagem nesta primeira jornada da campanha, deixando um repto ao cabeça de lista do PS: “Espero que Pedro Nuno Santos demonstre o seu amor ao distrito disponibilizando um bocadinho do seu pouco tempo para debater comigo. Não passará de um amor platónico, de um amor por correspondência se não vier ao distrito discutir comigo as questões da nossa região”.

No final da jornada, o candidato da AD indicado por Oliveira de Azeméis, Nuno Pires, definiu o seu trabalho nesta campanha como sendo útil para “sensibilizar todos os candidatos para que tenham conhecimento das nossas necessidades e possam representar Oliveira de Azeméis”.

“Em oito anos de governação socialista, poucas, ou nenhuma, necessidades foram resolvidas”, venceu Nuno Pires, exemplificando com posto GNR de Cesar, a requalificação do IC2, o nó de

acesso UI/Loureiro, o acesso à variante de Arouca/Escariz na zona de Fajões, o Tribunal do Trabalho, o Palácio da Justiça, ou a escola EB 2,3 de Carregosa.





DISTRITO DE SETÚBAL VIVE SITUAÇÃO DRAMÁTICA NA ÁREA DA SAÚDE

Os candidatos da lista da Aliança Democrática (AD) pelo círculo eleitoral de Setúbal, visitaram, no dia 14 de fevereiro, o Hospital Garcia de Orta, no concelho de Almada, e a cabeça de lista, Teresa Morais, considerou que, apesar dos profissionais de saúde darem o seu melhor, os problemas não têm solução à vista. “É uma situação dramática a que se vive no distrito de Setúbal na área da Saúde”, afirmou a candidata face aos vários constrangimentos que afetam as populações no acesso aos cuidados de saúde.

No caso do Hospital Garcia de Orta, Teresa Morais apontou que “os serviços da urgência pediátrica continuam a encerrar à noite, a maternidade continua a encerrar aos fins de semana e não há profissionais de saúde suficientes para que estes serviços funcionem 24 horas, sete dias por semanas. Há falta de pediatras, de ginecologistas, de enfermeiros, de anestesistas”.

A cabeça de lista da AD por Setúbal recordou também que nascem mais de duas mil crianças, por ano, no Hospital Garcia de Orta e, ainda assim, “com muita dificuldade em acudir a todas as grávidas, que aos fins de semana têm de procurar outros hospitais alternativos no distrito ou fora dele”.

Após uma visita àquela unidade hospitalar, Teresa Morais também sublinhou que “já se contratam serviços cirúrgicos no setor privado, alugam-se salas com equipas completas em que só o cirurgião se desloca. Mesmo assim, as listas de espera continuam em valores dramáticos”. E deu um exemplo: “As cirurgias no setor de ginecologia têm um tempo médio de espera, entre prioritários e não prioritários, de 350 dias”.

Apesar de algumas melhorias pontuais, no Hospital Garcia de Orta “continuam a existir serviços a funcionar em contentores” e há mais de seis anos que se espera pela construção de uma unidade de cuidados ambulatoriais “que permitiria desobstruir os outros serviços”, concluiu a candidata.

O dia foi dedicado à saúde, mas os candidatos da AD pelo círculo eleitoral de Setúbal visitaram ainda uma empresa dedicada às energias verdes no concelho do Seixal.

CÂMARA DE LISBOA APROVA PROGRAMA DE COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO

A Câmara de Lisboa aprovou o modelo contratual para o Programa Cooperativas 1ª Habitação, proposto pela liderança PSD/CDS-PP e viabilizado com alterações da oposição, para a construção de habitação sem fins lucrativos em terrenos municipais.

“A produção de habitação acessível por via da cedência de património municipal ao abrigo da figura jurídica do direito de superfície a cooperativas de habitação é uma solução que permite prosseguir o objetivo de alargar e acelerar a oferta habitacional acessível com base em património e apoio público”, realçou a Câmara Municipal de Lisboa (CML) em comunicado.

Em reunião privada do executivo municipal, dia 14 de fevereiro, o modelo contratual para o Programa Cooperativas 1ª Habitação, sustentado na utilização da figura jurídica do direito de superfície “por um período de 90 anos” a constituir sobre terrenos cedidos pelo município, foi aprovado com os votos a favor da liderança PSD/CDS-PP, que governa sem maioria absoluta, e a abstenção de toda a oposição,

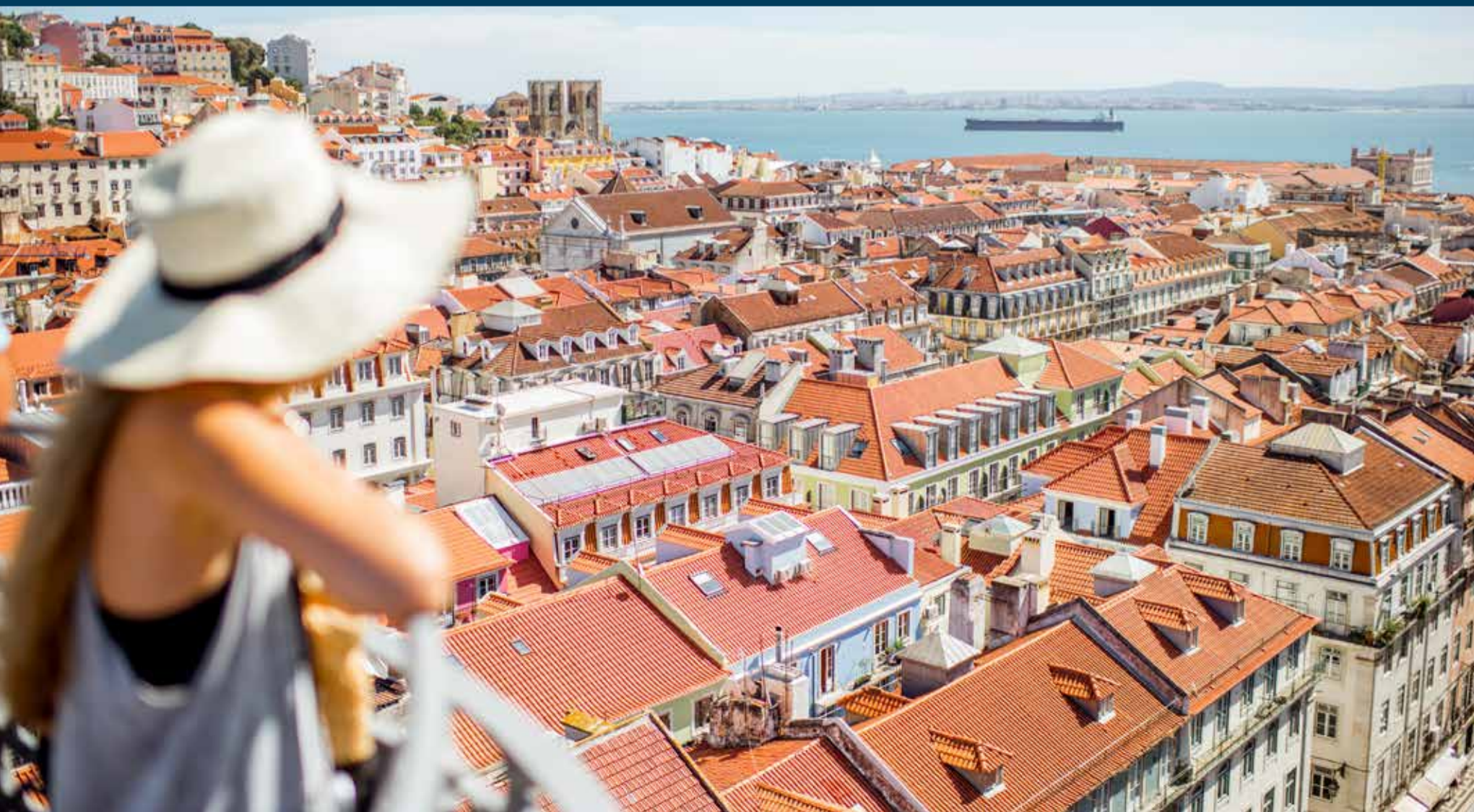
nomeadamente PS, Livre, Cidadãos Por Lisboa (eleitos pela coligação PS/Livre), PCP e BE.

A proposta dos “Novos Tempos” (PSD/CDS-PP/MPT/PPM/Aliança) foi viabilizada com a incorporação de alterações sugeridas pelo PS e pelo Livre e, além do modelo contratual para o Programa Cooperativas 1ª Habitação, incluiu o lançamento da operação de cooperativa de habitação na Rua António do Couto, no Lumiar, que tem já o projeto de arquitetura aprovado, com 18 habitações – cinco T1 (146 mil euros cada), nove T2 (216 mil euros cada) e quatro T3 (289 mil euros cada) –, com 22 lugares de estacionamento, prevendo um investimento total da cooperativa (c/IVA) de 3,83 milhões de euros e um encargo médio por habitação de 213 mil euros.

Nesse âmbito, o valor mínimo do rendimento global do agregado para um adulto é de 100% da Retribuição Mínima Nacional Anual, ou seja, 11.480 euros e por cada adulto adicional acresce 50% da Retribuição Mínima Nacional Anual, enquanto o valor máximo do rendimento global do agregado habitacional

para uma pessoa é de 35.000 euros/ano, para um agregado com duas pessoas é de 45.000 euros/ano e para uma família com mais de duas pessoas é de 45.000 euros/ano + 5.000 euros/ano por cada dependente adicional que conste na declaração de IRS. A taxa de esforço de referência é de 30%.

Neste momento, a câmara tem “identificadas 500 habitações, espalhadas um pouco por toda a cidade”, para construir em terrenos municipais através do modelo de cooperativas, informou a vereadora da Habitação, Filipa Roseta (PSD), adiantando que há cinco projetos em preparação, nomeadamente para 18 habitações no Lumiar, 12 em Benfica, 15 em Arroios, 21 em São Vicente e 23 em Santa Clara. Na reunião, o executivo viabilizou ainda, com a abstenção dos Cidadãos Por Lisboa, a atribuição de uma indemnização de 1,14 milhões de euros aos lesados pelo município pela apropriação ilegítima de um terreno, com 1.297 metros quadrados, no Lumiar, devido a um erro cadastral.





COLIGAÇÃO TEM LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA PARA GOVERNAR OS AÇORES

O Presidente José Manuel Bolieiro considera que a coligação PSD/CDS/PPM “tem legitimidade democrática para governar os Açores”, mediante “aqueles que foram os resultados eleitorais de 4 de fevereiro” e confirmando a opção de “formar um Governo de maioria relativa”.

O líder da coligação vencedora das eleições legislativas regionais, que falava à saída de uma audição com o Representante da República para os Açores, em Angra do Heroísmo, dia 19 de fevereiro, assumiu que a opção de formar um Executivo de maioria relativa advém “de uma inequívoca vitória eleitoral, que deu legitimidade democrática ao projeto político que lidero para continuar a governar”.

“Transmiti ao senhor Representante da República aquilo que foi a minha leitura do resultado eleitoral, tal como também o disse aos açorianos, na noite eleitoral: a Coligação está coesa e entendeu os resultados como uma confirmação da boa governação desenvolvida, que foi interrompida, sendo que o povo aço-

riano quis a continuidade deste projeto político, e é de acordo com essa decisão do povo que o vamos fazer”, afirmou José Manuel Bolieiro.

“Cumprimos bem, durante três anos, uma governação que foi compreendida e validada pelo povo”, reiterou o social-democrata, recordando que o cenário de eleições antecipadas “foi fruto de uma irresponsabilidade política de outras forças partidárias”.

José Manuel Bolieiro assegurou que “continuamos disponíveis para cumprir uma missão democrática, de respeito pela vontade do povo e pela legítima funcionalidade das instituições autonómicas açorianas”.

O líder da coligação e Presidente do PSD/Açores frisou ser “leal” aos seus compromissos, e que esses são “em primeiro lugar com os açorianos, que consideraram esta como uma boa solução governativa para a região”, pelo que “ela passará por um governo do PSD, com o CDS e o PPM. Não admito nenhuma outra solução que não esta”, concluiu.

ILHA TERCEIRA

GOVERNO DOS AÇORES QUER COLOCAR EM ARRENDAMENTO MAIS DE 100 CASAS



O Governo Regional dos Açores prevê colocar mais de 100 habitações no mercado, para arrendamento com opção de compra, na ilha Terceira, até 2025, com fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

“É uma resposta interessante para uma freguesia como São Brás, para a Praia da Vitória que perdeu população, para fixar casais jovens. Estas 13 casas, com opção de compra, parecem-me uma opção muito interessante. É o primeiro passo de 100 casas que até 2025 ficarão prontas na Praia da Vitória”, afirmou o vice-Presidente do Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM), Artur Lima.

O governante falava à margem da cerimónia de lançamento da primeira pedra da empreitada de construção de 13 habitações na freguesia de São Brás, na ilha Terceira, a que se somarão outras 92 que serão reabilitadas pelo executivo no concelho da Praia da Vitória. A obra, lançada dia 16, orçada em cerca de 2,48 milhões de euros, é financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência.

Está prevista a construção de oito casas de tipologia T2, quatro de tipologia T3 e uma de tipologia T4, que serão colocadas no mercado para “arrendamento com opção de compra”.

O vice-presidente do executivo açoriano, que governa a região desde 2020, lembrou que os terrenos para a construção destas habitações foram adquiridos em 2003, quando o PS governava a região.

“Isto está aqui há 20 anos. Conseguimos concretizar, demos resposta a uma falta de habitação que é crónica na Região Autónoma dos Açores e que se agravou com o aumento do preço médio da habitação”, frisou.

Artur Lima disse que também já foi assinado o auto de consignação para a reabilitação de 92 habitações, no bairro Nascer do Sol, na Praia da Vitória, cedido pela força

aérea norte-americana, aquando da redução militar na base das Lajes.

A obra, orçada em cinco milhões de euros, será igualmente financiada na totalidade por fundos do PRR.

Também na Praia da Vitória, foi consignada a terceira fase da reconversão urbanística e habitacional do Bairro de Nossa Senhora de Fátima, que terá um custo de 7,7 milhões de euros, com verbas do PRR.

Artur Lima acusou ainda os governos do Partido Socialista de terem construído apenas 79 casas na região, entre 2012 e 2020, “em média, uma casa por ilha”, em cada ano.

MADEIRA

CUSTOS DE MEIO AÉREO DE COMBATE A INCÊNDIOS DEVEM SER ASSEGURADOS PELA REPÚBLICA

A candidatura “Madeiro Primeiro” insistiu, pela voz da candidata Paula Margarido e junto às instalações do Serviço Regional de Proteção Civil, na necessidade de o Governo da República assegurar, integralmente, os custos com o helicóptero que continuam a ser suportados pelo Governo Regional, corrigindo-se aquela que considera ser uma “tremenda injustiça” face ao que sucede no resto do País.

Injustiça essa que representa um investimento assumido, pelo Orçamento da Região, na ordem do milhão e meio de euros por ano, verbas que poderiam ser canalizadas “para defender outros direitos, liberdades e garantias dos nossos cidadãos”.

“A verdade é que há uma discriminação relativamente ao que se passa no continente e na Região Autónoma da Madeira no que respeita ao combate aos incêndios rurais e, também, na salvaguarda e no resgate de pessoas em terra, uma vez que, enquanto aqui o Helicóptero é pago pelo Orçamento da Região, no continente quem suporta esses encargos é o Estado”, frisou, na ocasião, a candidata, criticando o facto de os deputados socialistas eleitos pela Madeira terem votado mais uma vez contra esta proposta, no último Orçamento do

Estado – proposta essa já defendida há muito pelo PSD/M na República – acompanhando, assim, o sentido de voto do PS a nível nacional e prejudicando os madeirenses.

Paula Margarido que, ironizando, lamentou o facto de termos “um Estado parastro, que tem filhos legítimos e ilegítimos, quando a legitimidade e a ilegitimidade já desapareceram há muito do nosso Código Civil” e garantiu que esta é uma das matérias que a candidatura “Madeira Primeiro” continuará a reivindicar na Assembleia da República, estando em causa uma área tão sensível e da maior importância como é a defesa da vida humana.

“Se os incêndios já são um flagelo no continente, imagine-se o que é numa Região como a nossa, em que, para além das pessoas, o Turismo, a paisagem que se vende e atrai e que resulta em emprego para a Região, saem gravemente prejudicados se não tivermos os meios de combate ao nosso dispor”, assinalou, por fim, a candidata, não sem antes ter deixado uma palavra de reconhecimento ao trabalho meritório que o Serviço Regional de Proteção Civil da Madeira tem desenvolvido em prol da segurança de pessoas e bens.



Povo Livre

Número 542 • 23 de Janeiro de 1985 • Preço 30\$00

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: MANUEL PEREIRA

Eugénio Nobre ao «P.L.»

REVITALIZAR A CONSTRUÇÃO CIVIL É INDISPENSÁVEL À ECONOMIA NACIONAL

A aplicação de uma série de medidas para o relançamento do sector da construção civil em Portugal, bem como a criação de um Ministério das Obras Públicas devidamente dimensionado para poder responder às necessidades do País, são dois dos temas centrais da entrevista que nos concedeu Eugénio Nobre, secretário de Estado das Obras Públicas. A temática é tanto mais importante quanto sabemos que a construção civil e as actividades a ela ligadas dão trabalho a cerca de 800 mil pessoas.

Licenciado em engenharia civil pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, José Eugénio Nobre é militante do PSD desde 1974 e participou activamente em diversas eleições autárquicas e presidenciais. Desde 1983 que é vogal da Comissão Política Nacional do PSD.

«Povo Livre» — É de conhecimento público que a Indústria da Construção Civil e de Obras Públicas está atravessando uma grave crise. Qual a sua posição face a este problema?

Eugénio Nobre — Considero que o Sector da Cons-

trução Civil é um dos mais importantes na fase actual da economia do nosso País, e como tal, tem que ser apoiado pelo Governo.

Quero, em primeiro lugar, recordar que este sector não engloba apenas a Indústria da Construção



Civil mas um conjunto de indústrias e serviços situados a montante e juzante dessa indústria.

neste pormenor a maior indústria portuguesa e a segunda actividade, logo a seguir à agricultura, que mais mão de obra gera.

E contrariamente ao que se irá passar com a agricultura, em que a sua modernização irá provocar uma dramática redução de postos de trabalho, não é de prever que tal fenómeno se venha verificar na construção civil a curto e médio prazo pelo que a sua actividade tem uma importante componente social na luta contra o desemprego que o Governo não pode esquecer.

Assim se compreende que o relançamento do sector da construção provoca, outra circunstância que

realça a sua importância, igualmente o relançamento do conjunto de outras actividades.

Devo aqui realçar que entre os trabalhadores afectos às empresas de construção civil se observa uma taxa já elevada de desemprego ou sub-desemprego e que há ameaça desta situação se agravar rápida e perigosamente. Só a revitalização do sector poderá impedir esse agravamento e fazer regressar este importante mercado de mão de obra à sua capacidade habitual.

Fundamento a minha convicção num futuro promissor para este sector no facto de que o nosso País

Continua na pág. 3

CALVÃO DA SILVA

PARTIDO EANISTA E PINTASILGO SÃO TENTATIVA DE RESSUSCITAR CONSELHO DA REVOLUÇÃO E MFA

A candidatura de Maria de Lurdes Amaral e do Conselho da Revolução», afirmou o secretário de Estado das Obras Públicas, Calvão da Silva, ao conceder a entrevista.

Calvão da Silva recordou que Pintasilgo está certo «Movimento para o Socialismo» e o partido português e a sua compatibilidade com o socialismo e o

nas próximas eleições, Calvão admitiu que o partido dá o seu apoio à candidatura de Mário Soares, que os socialistas já decidiram não candidato autónomo e que deverá protagonizar uma candidatura

de mudança». Adiantou ainda que «o candidato que nós apoiarmos terá de ser pela harmonia dos poderes nos órgãos de soberania. O que elimina qualquer candidato vindo da área de Eanes, pois que este «tem sido o protagonista de uma teoria de contrapoderes».

Encarando uma eventual dissolução do actual Governo, o secretário de Estado considerou que isso poderia ser muito prejudicial para o País, já que a instabilidade em que se tem vivido tem sido uma das principais causas do descalabro económico em que vivemos. Demitir o Governo ou dissolver o Parlamento «não só inutilizaria os sacrificios suportados pelos portugueses como também os agravaria».

A propósito da reunião do Conselho de Estado de-

cidada por Ramalho Eanes, Calvão da Silva disse que o «Presidente da República usou de uma faculdade institucional, mas é óbvio que o momento em que a usa não é inocente».

Quanto ao anunciado partido de inspiração eanista, afirmou que «é sabido que Melo Antunes foi o principal relator do documento programático do eventual novo partido. Victor Alves também tem estado profundamente ligado. Isto significa que, a existir, o novo partido será o da ala marxizante do extinto Conselho da Revolução e do MFA. Logo, a dita inspiração social-democrata é uma graça de mau gosto, diria mesmo, uma farsa para iludir a opinião pública. Por último, atente-se nas palavras de Hermínio Martinho, ao considerar o PC como um partido democrático...»

MOTA PINTO EM REUNIÃO DOS TSD NO PRÓXIMO SÁBADO EM LISBOA

(PÁG. 2)

MOTA PINTO FELICITOU TANCREDO NEVES

«Em nome do PPD/PSD — Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e em meu próprio, transmito sinceras felicitações pelo êxito eleitoral justamente merecido por uma personalidade política com quem partilhámos valores de apego à Liberdade, à Democracia, ao progresso e à justiça social, formulando votos do maior sucesso no desempenho das suas altas funções e exprimindo-lhe a expectativa de tão breve quanto possível podermos estabelecer contacto pessoal».



EDIÇÃO N.º 542 do "Povo Livre" | de 23 de janeiro de 1985.

"Eugénio Nobre ao PL: Revitalizar a construção civil é indispensável à economia nacional".

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO **TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00** | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

CHAVES

Ao abrigo do disposto nos artigos 53º e 54º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir, no próximo dia 29 de Fevereiro de 2024 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede local, sita na Avenida Tenente Valadim nº 47 E, em Chaves, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Apresentação, discussão e votação das contas do ano de 2023;
4. Outros assuntos.

Nota: De acordo com o disposto no nº 2 do Artº 69º dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia de Secção, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças.

CONDEIXA-A-NOVA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Condeixa-a-Nova para reunir no próximo dia 1 de Março de 2024 (sexta-feira), às 21h00, na sala multiusos da sede da União das Freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova, sita na Rua Dr Simão da Cunha, em Condeixa-a-Nova, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Leitura e votação da ata da reunião anterior;
2. Informações;
3. Apreciação e votação dos relatórios de atividades e contas anuais da Secção de Condeixa-a-Nova, relativos aos anos de 2022 e 2023;
4. Apreciação e votação do plano de atividades e orçamento anual da Secção de Condeixa-a-Nova, relativos ao ano de 2024;
5. Análise da situação política;
6. Outros assuntos.

ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes do PSD do Entroncamento para uma Assembleia de Secção, a ter lugar no dia 9 de Março de 2024 (sábado), pelas 14h30, na sede local do PSD, sita na Rua Almirante Reis nº 64, no Entroncamento, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

Nota: Se, pela hora agendada para o início da reunião, não existir quórum para a sua realização, esta inicia-se 30 minutos depois com qualquer número de militantes.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção Concelhia de Loures, para reunir em Sessão Ordinária no próximo dia 13 de Março de 2024 (quarta-feira), pelas 20h30, na Sede Concelhia, sita na Rua Diogo Cão nº 2 – Loja 4, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Discussão e aprovação do relatório de contas e atividades, referentes a 2023;
3. Apresentação do Plano de Atividades e Orçamento 2024;
4. Análise da situação política local e nacional.

Nota: Se à hora marcada não estiver presente o número de militantes necessário para preencher, nos termos estatutários, o quórum, a Assembleia de Secção realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, com qualquer número de presentes.

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo do disposto nos artigos 53º e 54º dos Estatutos do Partido Social Democrata (PPD/PSD), convoco os militantes da Secção de Macedo de Cavaleiros para reunir em Assembleia de Secção, no próximo dia 1 de Março de 2024 (sexta-feira), pelas 20h30, na sua sede concelhia, sita na Rua Clara Vaz nº 1 – 2º Esq, em Macedo de Cavaleiros, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política local e nacional;
2. Outros assuntos.

Nota: De acordo com o disposto no Artº 69º dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia de Secção, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças.

TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Tavira para reunir no dia 23 de Março de 2024 (sábado), pelas 10h00, na Sede da Secção de Tavira do PSD, sita na Rua Dr Silvestre Falcão nº 9 – J 1, em Tavira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto Único - Eleição dos Órgãos de Secção
1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
 2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: A votação decorrerá das 10h00 às 12h00. As listas candidatas para a Comissão Política de Secção e para a Mesa da Assembleia de Secção devem ser entregues na Sede, ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

VILA POUCA DE AGUIAR

Nos termos estatutários, convoco os militantes da Secção do Partido Social Democrata (PSD) de Vila Pouca de Aguiar, para reunirem no próximo dia 27 de Fevereiro de 2024 (terça-feira), às 21h00, na Sede do Partido, sita na Rua Prof. Mota Pinto nº 10, em Vila Pouca de Aguiar, com a seguinte agenda:

ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

- Apresentação dos candidatos a Deputados pelo Distrito de Vila Real
- ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação, apreciação e aprovação de contas do ano de 2023;
2. Outros assuntos.

Nota: Se à hora marcada não estiver presente a maioria dos elementos, a Assembleia funcionará legalmente meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO **SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00** |
Email: jsdnacional@gmail.com

ANSIÃO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se plenário concelhio da JSD Ansião, para reunir no dia 30 de março, pelas 15h00, na sede concelhia, sita na Avenida Dr. Vítor Faveiro, nº 27 1º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleições da Mesa de Plenário Concelhio e da Comissão Política Concelhia da JSD de Ansião.

Nota: As listas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem o estatutariamente o substitua até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 15h00 e as 18h00.

Decisão n.º 01 de 2024. CJN.

Enquadramento

No dia 21 de novembro de 2023, o Conselho de Jurisdição Nacional (CJN) recebeu um pedido de esclarecimentos remetido pelos militantes Simão Madeira e Carolina Melo, tendo o Parecer n.º 4/2023 sido publicado em Povo Livre, no dia 6 de dezembro de 2023. No dia 10 de dezembro de 2023, o Conselho de Jurisdição Nacional recebeu um pedido de recurso do parecer emitido, remetido pelo militante Wagner Câmara.

O XXVII Congresso Nacional da Juventude Social Democrata (JSD) aprovou, no passado dia 9 de abril de 2022, a revisão dos Estatutos Nacionais da JSD (Estatutos/ENJSD).

Dispõe o art. 109.º dos Estatutos que estes *entram em vigor com a sua publicação no órgão oficial de imprensa do PSD, devendo esta ter lugar nos 20 dias seguintes à sua aprovação*. Ato que, para todos os efeitos, se encontra cumprido no Povo Livre de 13 de Abril¹.

O I Conselho Nacional, reunido em Chaves, no dia 21 de maio de 2022, aprovou o novo Regulamento Eleitoral da JSD.

Dispõe o art. 26.º do Regulamento Eleitoral que *o presente regulamento entra em vigor com a sua publicação em Povo Livre*. Ato que, para os devidos efeitos, se encontra cumprido no Povo Livre de 25 de maio de 2022².

Competência.

Relativamente ao recurso tem competência, segundo o n.º 2 do art. 97.º dos ENJSD, intitulado “Duplo Grau de Jurisdição”, o plenário do Conselho de Jurisdição Nacional (CJN).

Deliberação.

1.º

¹ Vide página treze e seguintes da mesma publicação.

² Vide página trinta e três e seguintes da mesma publicação.

O Conselho de Jurisdição Nacional emitiu um parecer não vinculativo, com vista ao esclarecimento das questões colocadas pelos já mencionados militantes, tendo, por lapso, baseado a sua atuação na alínea e) do artigo 45.º dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata (adiante, ENJSD), e não nas alíneas a) e l) do mesmo artigo.

2.º

Destarte, não se tratando de um parecer vinculativo ou de uma decisão do Conselho de Jurisdição Nacional, não cabe impugnação por meio de recurso para o Plenário do Conselho de Jurisdição Nacional do parecer emitido, considerando-se o mesmo **improcedente**.

3.º

Contudo e face à seriedade do mencionado no pedido de recurso submetido, o Conselho de Jurisdição, reunido em plenário e após conhecer a matéria de facto e de direito, decidiu, por unanimidade, **manter integralmente o vertido no Parecer n.º 4/2023**, publicado no Povo Livre, no dia 6 de dezembro de 2023.

4.º

A este respeito, somos a informar, ainda, que, apesar de apenas ter sido assinado por um militante, o Parecer n.º 04/2023 foi decidido após reunião de secção do Conselho de Jurisdição Nacional, tal como exigido pelos ENJSD.

5.º

Diante do exposto e face às graves alegações vertidas no pedido de recurso, o Conselho de Jurisdição Nacional, reunido em plenário, frisa o seguinte:

6.º

Não houve nunca um desrespeito pelas normas e disposições estatutárias e regulamentares por parte deste Conselho de Jurisdição Nacional;

7.º

Nem tampouco houve, em qualquer circunstância, quebra do Princípio Jurisdicional da Transparência, por parte deste Conselho de Jurisdição Nacional;

8.º

A atuação deste Conselho de Jurisdição Nacional e de todos os seus membros efetivos sempre se pautou pela idoneidade, transparência e seriedade, no respeito pelos mais elementares princípios de direito.

Este Conselho de Jurisdição Nacional

É esta a nossa deliberação.

Notifique-se,

- i. Os recorrentes;
- ii. O Secretário-Geral, para:
 - a. Conhecimento;
 - b. Publicação no Povo Livre.

O Conselho de Jurisdição Nacional

Reunido em Plenário



José Antonio Souza Ferreira Paes Andrade

José Antonio Souza Ferreira Paes Andrade



Catarina Ferreira de Sousa